O Museu Pedagógico do Centro Brasileiro de Pesquisas
Educativas e a função educativa dos Museus do Brasil

Guy de Hollanda
Representante do I.N.E.P. e do C.B.P.E.

De acôrdo com o plano de organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educativas (C.B.P.E.), cabe à Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (D.I.D.P.) do mesmo, proporcionar a "documentação relativa às necessidades dos estudos e pesquisas desenvolvidas pelas diferentes Divisões". Por sua vez, a D.I.D.P. deverá incluir entre as suas atividades, um "museu pedagógico destinado a demonstrar a evolução das doutrinas, práticas educacionais, material de ensino, especialmente em relação ao país, cabendo-lhe ainda manter filmoteca, discoteca, arquivo de fotografias e gravuras". Cabe observar, aqui, que não chegou a vingar, no Brasil, o "Museu Pedagógico" cuja criação fôra proposta, em 1882, por Ruy Barbosa e se inspirava no "Musée Pédagogique" francês de 1879. As funções atribuídas ao "Museu Pedagógico" do C.B.P.E. são mais restritas do que as da instituição do mesmo nome ideada no ocaso do Império, pois esta, à semelhança do protótipo francês de então, abarcava um campo excessivamente amplo para caber, com proveito, no âmbito de um museu. Na própria França, o "Musée Pédagogique" acabou transformando-se, a partir de 1950, num dos serviços do "Centre National de Documentation Pédagogique", o qual nascera, como uma seção daquele Museu, em 1936. Dotado de personalidade civil e autonomia financeira desde 1954, o "Centre National de Documentation Pédagogique" recebeu uma organização mais sistemática pelo decreto de 19/1/1955 e pelo "arrêté ministériel" de 25/8/1955. Embora a França seja uma nação muito centralizada política e administrativamente, foi prevista, já em 1945, a criação de Centros Regionais de Documentação Pedagógica. Seu funcionamento teve início, em 1949, com o "Centre régional de Documentation de Toulouse". Os centros regionais ou departamentais estão, diretamente, subordinados aos respectivos reitores ou inspetores de "académie". Isto não impede que sejam considerados, na terminologia legal francesa, como "sections" do "Centre National de Documentation Pédagogique", cuja atividade prolongam e completam.

OBS.: No Arquivo 802, gaveta 1, pasta 2, que seguiu para Brasília em princípios de maio/77, encontra-se outro trabalho do mesmo autor: Projeto de organização de um Serviço de Museus e a função do INEP - 1958.

No nosso país, e no âmbito federal, somente a partir de 1938 foi organizado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P.), que fôra criado, no ano anterior, com a designação de Instituto Nacional de Pedagogia. Devia compreender um "Museu Pedagógico", que não chegou a ser instalado. Pela Portaria nº 32, de 11/11/1953, foi organizado, no I.N.E.P., um "Centro de Documentação Pedagógica" que abrangia, entre os seus setores, um "Museu Pedagógico". Com a criação do "Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais" (Decreto nº 38.460, de 28/12/1955), "todos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura", houve o propósito de facilitar a este Instituto um melhor cumprimento de seus objetivos de pesquisa educacional em todo o Brasil, desligando-a dos encargos técnico-administrativos que fôra assumindo no campo da educação nacional, assegurando-lhe meios mais adequados, graças a um "regime de financiamento especial e gozando de todas as condições de flexibilidade e independência das campanhas de educação". Como consequência lógica da instituição do C.B.P.E., o Centro de Documentação Pedagógica do I.N.E.P. está sendo incorporado ao mesmo, devendo ser substituído pelas seguintes Divisões:

- 1) Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais;
- 2) Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais;
- 3) Divisão de Documentação e Informação Pedagógica.

O Museu Pedagógico, cuja instalação não se verificou durante o funcionamento do Centro de Documentação Pedagógica, passa, como assinalamos anteriormente, a ser um dos órgãos da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Comparando o I.N.E.P., o C.B.P.E. e os C.R. (Centros Regionais de Pesquisas Educacionais), com o "Centre National de Documentation Pédagogique" e os "Centres Régionaux et Départementaux de Documentation Pédagogique", é fácil dar-se conta que as denominações brasileiras e, também, a estrutura correspondente são mais adequadas aos objetivos que se têm em vista. No entanto, desde que se tenha o cuidado de distinguir a pesquisa da documentação, é inegável que esta - me diante mais de oitenta anos de funcionamento contínuo de ins

tituições, cujo núcleo foi o "Musée Pédagogique" - alcançou em França uma organização e eficiência, que fazem, hoje, do "Centre National de Documentation Pédagogique" uma instituição modelar no Mundo. No Brasil o interêsse pelos serviços de documentação pedagógica é muito mais recente e êstes ainda estão em uma etapa preparatória. Enquanto à pesquisa educacional, parece que - com exceção do campo da educação áudio-visual, que, entre nós, ainda permanece agreste - os "projetos" do C.B.P.E. (precedidos, aliás, por algumas investigações anteriores do I.N.E.P.) não desmerecem numa comparação com as realizações equivalentes, embora distintas, do referido "Centre National de Documentation Pédagogique". Êste, subordinado ao "Ministère de l'Education Nationale", possui funções análogas às do I.N.E.P. e do C.B.P.E.. As diferenças de organização e, também, de denominação, são o resultado de um desenvolvimento diferente no caso francês e brasileiro.

Depois da criação e funcionamento promissor da C.I.L.E.M.E. (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino no Médio e Elementar) e da C.A.L.D.E.M.E. (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino), ambas promovidas pelo I.N.E.P., foi, recentemente, instituída mais uma campanha nacional de educação: a Campanha Nacional do Material de Ensino (C.N.M.E.), subordinada ao Departamento Nacional de Educação. De acordo com o parágrafo único do art. 2º do Decreto que instituiu a C.N.M.E., "entende-se por material didático, para os efeitos dêste decreto:

- a) peças, coleções e aparelhos para o estudo de ciências naturais, matemática e desenho e material para o estudo de geografia e história;
- b) material para o ensino áudio-visual de disciplinas dos cursos de grau elementar e médio;
- c) dicionários, atlas e outras obras de consulta."

O mesmo Decreto prevê que a Campanha deverá, para a consecução dos seus objetivos, "promover o levantamento de dados sobre as necessidades de material escolar e as condições de mercado". Por sua vez, êsse levantamento "será rea

lizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ou por entidade particular especializada".

Ora, o Museu Pedagógico do C.B.P.E. poderá e de verá participar, ativamente, não só dêsse levantamento, mas sobretudo da organização de uma exposição permanente, porém, sempre renovada, do material de ensino em aprêço. Trata-se aliás de uma de suas principais finalidades, como indicamos no início do presente trabalho.

Para a organização dêsse material de ensino, que será, em grande parte, áudio-visual, impõe-se uma estreita cooperação entre o Museu Pedagógico e os Museus do Brasil. A êsse esforço, cuja eficácia dependerá, sob muitos pontos de vista, de um planejamento cuidadoso, não poderão deixar de associar-se instituições como o Instituto Nacional de Cinema Educativo (que já conta com apreciáveis realizações nesse campo), a Diretoria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Seção Nacional do I.C.O.M.

Mas, surge, aqui, um obstáculo inicial, que cu pre remover quanto antes. Poucos são os nossos Museus cujos catálogos impressos não estão esgotados, cujas explicações sejam suficientemente esclarecedoras para quem não é especialista na matéria e cujas indicações topográficas não discorrem da atual distribuição nas salas, ou outros locais, dos respectivos itens do catálogo. Nem sempre as ilustrações são satisfatórias e o seu número é, frequentemente, escasso. Os índices costumam ser, por demais, deficientes. Tampouco é corrente a existência de coleções fotográficas editadas pelos Museus. Tais falhas prejudicam, consideravelmente, a função educativa dos Museus; sobretudo tomando em conta que esta se exerce, quase sempre, à margem das atividades curriculares (que não se limitam ao âmbito escolar) da Escola Brasileira. Parece desnecessário insistir nas dificuldades que tudo isto acarreta para um levantamento preliminar dos recursos que podem proporcionar os Museus do País para que se organize o material de ensino já mencionado. Aliás não há nenhum indicador dos nossos Museus.

Sem pretender invadir a esfera própria dos Museus, o Museu Pedagógico deverá ajudá-los no melhor cumprimento de suas importantes funções educativas. Salvo engano, apenas o Museu Nacional do Rio de Janeiro possui uma Seção de E

ducação. Não propomos que se institua uma seção análoga nos demais Museus do Brasil, pois, frequentemente, a natureza dos mesmos (para não falar dos aspectos financeiros da questão) não aconselharia semelhante iniciativa. Ainda nos Museus que se destacam pela importância das suas coleções e pesquisas científicas (incluindo nestas não só as concernentes às ciências físicas e naturais, mas também as históricas, sociais, etc.) o funcionamento de uma Seção de Educação envolve problemas bastante difíceis. (Com efeito, não se pode exigir dos pesquisadores uma autêntica vocação pedagógica, da qual a capacidade docente é apenas um aspecto. É certo que os primeiros Museus de "História Natural" (cujo conteúdo era então muito mais amplo do que hoje), requeriam, geralmente, de seus naturalistas o desempenho de um magistério público, livre das peias da organização escolar da época. Atualmente, o ensino ministrado nos cursos mantidos pelos Museus destina-se, cada vez mais, à formação de pessoal especializado de nível superior e ao aperfeiçoamento de pesquisadores. Esta finalidade não exclui, evidentemente, cursos do tipo de "extensão universitária", cuja plasticidade permite alcançar um público mais numeroso e variado em sua composição intelectual, grau de escolaridade etc. Sem dúvida, os nossos Museus não se olvidaram dessa função educativa por excelência, mas, cumpre que se aparelhem, devidamente, para atender às novas exigências impostas à educação pela crescente complexidade da vida contemporânea. É oportuno lembrar que a maioria dos Museus não são, nem podem ser, escolares. Devem ser considerados como órgãos da educação extra-escolar, embora devam participar das atividades educativas curriculares das escolas. Além destas, cuja importância vem crescendo em todos os países há vários decênios, compete aos Museus:

- 1) contribuir para a educação extra-curricular dos escolares;
- 2) facilitar e melhorar a educação extra-escolar.

É duvidoso que tais fins educativos possam realizar-se em sua plenitude e com o rendimento necessário dentro da atual organização dos nossos Museus. Duvidamos, também, que se resolva o problema com a criação de novos quadros de pessoal. Na esfera federal, a carreira de técnico de edu

cação tem proporcionado alguns elementos valiosos à Seção de Educação do Museu Nacional, mas, não em virtude da estrutura daquela carreira - que é sumamente imperfeita -, senão devido a circunstâncias puramente acidentais.

Não pretende o Museu Pedagógico monopolizar, nem tampouco centralizar, uma eventual orientação das funções educativas dos Museus do Brasil. Breve, ao lado do C.B.P.E., funcionarão os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Deverão organizar os seus museus pedagógicos, de acôrdo com as condições e necessidades locais. Ao Museu Pedagógico do C.B.P.E. e aos Museus Pedagógicos dos C.R. poderá corresponder, ademais do levantamento e organização do material de ensino - baseado na medida do possível num aproveitamento máximo das coleções dos Museus do Brasil - o papel de "clearing house" dos problemas pedagógicos dêstes.

Mais do que qualquer resenha sêca de possíveis projetos, julgamos preferível sugerir ao Primeiro Congresso Nacional de Museus um cordial exame e discussão dos problemas esboçados na presente comunicação, e que requerem uma estreita cooperação entre os educadores e o pessoal técnico e científico dos Museus do Brasil.

Rio de Janeiro, julho de 1956.